

Jornalismo e realidades múltiplas: o arrastão e a representação mediática das identidades

João Carlos Correia
Universidade da Beira Interior

Índice

1	Introdução	1
2	A rede de facticidade	2
3	A controvérsia: a rede de facticidade abre buracos	4
4	A construção social da realidade	5
5	Realidades múltiplas	8
6	O jornalismo e as realidades múltiplas: conclusão	9
7	Bibliografia	10

1 Introdução

No mosaico de culturas que se revelaram à superfície depois dos sucessos pós-guerra fria, identidades e minorias foram objecto de uma recomposição crescente. Esta situação chegou a Portugal de uma forma tanto mais impressiva quanto a imagem que o país construíra de si próprio fora, ao longo de décadas, uma imagem conservadora, rural e anti-cosmopolita, distante da modernidade. Portugal conheceu as migrações provenientes dos novos países de língua portuguesa formados na descolonização e as transformações associadas a estes fenómenos. A recente diversificação dos países de origem, com a persistência da corrente imigratória proveniente dos PALOPS e a intensificação

da imigração proveniente do Brasil, do Leste e da Ásia contribuiu para uma nova percepção da identidade portuguesa em que continuam visíveis muitas perplexidades e desequilíbrios que se reflectem no discurso dos *media*.

Ao longo deste texto recorre-se a uma formulação teórica, a abordagem fenomenológica do mundo da vida e das realidades múltiplas, em que se fundamenta grande parte do modelo da construção social da realidade. Simultaneamente, analisa-se um caso exemplar ocorrido com os *media* portugueses: o chamado arrastão da Praia de Carcavelos, alegadamente verificado no Dia de Portugal (10 de Junho) que teria envolvido segundo os *media*, cerca de 500 jovens africanos de bairros circundantes de Lisboa. Um mês depois, o relato mediático da ocorrência foi desmentido oficialmente por um Relatório apresentado pelos próprios comandos policiais. A representação do chamado “arrastão” pelos *media* nacionais demonstrou as perplexidades com que se defronta a representação das identidades e das etnias e evidenciou a existência de tiques antropocêntricos e até de racismo ou de xenofobia subliminares ou manifestos que se tornam, eles próprios, uma parte do problema. Para esta

análise, recorreu-se aos telejornais de 10 de Junho dos três principais canais portugueses – Rádio Televisão Portuguesa (RTP), Sociedade Independente de Comunicação (SIC) e Televisão Independente (TVI) – e à leitura de três dos principais diários portugueses: O PÚBLICO, Diário de Notícias (DN) e Correio da Manhã (CM). Incidimos a atenção em três momentos principais: a) a cobertura do acontecimento e os dias subsequentes; b) o momento que medeia entre as primeiras dúvidas sobre o que se passou na praia até à saída de um vídeo que desmonta as primeiras versões (17 a 30 de Junho) e c) os acontecimentos que culminam no relatório do Comando da Polícia de Segurança Pública que desmente a existência de um arrastão (30 de Junho a 19 de Julho). Deu-se alguma atenção à detecção (não exaustiva, mas a nível de exemplos) de estratégias enunciativas, partindo do pressuposto segundo o qual é através da Retórica dos *media* que em grande parte se produz a construção social da realidade.

2 A rede de facticidade

O acontecimento mediático conhecido por “arrastão” iniciou a sua existência na tarde de 10 de Junho, Dia de Portugal e das Comunidades Portuguesas. As Televisões anunciaram em *flashes* noticiosos e na abertura dos Telejornais das vinte horas um roubo organizado de grande dimensão que se teria verificado na Praia de Carcavelos. Segundo a RTP, “Ao princípio da tarde, grupos de 30 a 50 jovens em simultâneo e de uma forma aparentemente organizada desataram a assaltar e a agredir os banhistas em diversos locais da praia. Foram chamados 30 polícias mas eram trinta contra muitos mais e che-

garam tarde” Para a SIC, foi uma cena de filme: “Um grupo de cerca de 500 jovens, entre os doze e os vinte anos, invadiu o areal ao início da tarde, agredindo e roubando os banhistas.”. Para a TVI, foi “uma tarde de terror e pânico em Carcavelos. Centenas de jovens atacaram em grupo e roubaram tudo aos banhistas que estavam na praia. Agindo como um bando organizado, os jovens cercavam os banhistas e roubavam tudo o que podiam, Em caso de resistência, ameaçavam e agrediam com armas brancas.”

A TVI e a SIC recorreram ao uso de fotografias que mostravam a violência do ataque e o *modus operandi* que teria começado com dois tiros para o ar. Segundo a RTP as fotos mostram a quantidade impressionante de banhistas que foram completamente apanhados de surpresa. Segundo o CM do dia seguinte (11 de Junho de 2005), “O terror instalou-se quando cerca de 500 rapazes e raparigas, organizados em vários grupos, começaram a ‘varrer’ a praia de Carcavelos, onde estavam milhares de pessoas, roubando e agredindo quem apanhavam pela frente. Por momentos, foram muitos os que se lembraram do ‘arrastão’ frequente em praias brasileiras.” Para O PÚBLICO (11 de Junho de 2005), “nunca se tinha visto uma coisa assim. Ontem, meio milhar de jovens, entre os 12 e os 20 anos avançaram pelo areal de Carcavelos e, até chegar a polícia, roubaram o que quiseram aos banhistas que ali gozavam o feriado.” Para o DN, “a praia de Carcavelos foi invadida por uma onda de assaltantes”. Numa caixa, afirma-se mesmo “Acto terá sido preparado”.

Várias certezas foram consolidadas no primeiro dia. Houve um arrastão que mobilizou centenas de pessoas que roubaram e agrediram quem aparecia pela frente. Os números

e a dimensão foram firmemente estabelecidos. A sua definição como “o arrastão da Praia de Carcavelos” foi tacitamente aceite pela utilização do artigo definido. O acontecimento provocou terror. A grande maioria dos envolvidos no chamado “arrastão” era africana. Estes dois factos – o “terror” e a origem étnica dos criminosos eram comprovados por fotografias (...) os cerca de 500 jovens que semearam o pânico na praia de Carcavelos são oriundos de vários bairros problemáticos da Grande Lisboa, em especial de zonas como a Amadora e Chelas.” As fotografias divulgadas na TV (RTP, SIC, e TVI) e na primeira página do CM DN e de O PÚBLICO não deixavam dúvidas nomeadamente quanto à cor dos “assaltantes”. A estas certezas juntou-se a suspeita de uma acção organizada: O CM titula em vermelho no dia 11 “Polícia investiga organização” O fundamento para este título é encontrado em declarações de um responsável da PSP: “Acho difícil que se trate de coincidência estar toda esta gente na praia e acontecer uma coisa destas”, referiu ao CM um outro responsável da PSP.

Rapidamente se passou à escuta de especialistas. Rui Pereira, de 48 anos, professor de Direito e especialista em assuntos de segurança, ex-director do SIS e do Observatório de Segurança considera que “ não pode haver contemplanções em relação a este tipo de incidente.”, Porém, reconhece explicitamente que não presenciou e se pronuncia apenas sobre os dados que lhe são facultados. Moita Flores, Criminologista, afirmou à RTP tratar-se de uma combinação entre *gangs* que se reuniram na praia organizados num mimetismo de um fenómeno bem conhecido das praias do Rio de Janeiro. Barra da Costa, autor do livro *O Gang e a Escola* declara a Céu

Neves do DN (11 de Junho de 2005) “Podemos falar de uma reacção anti-social típica de um contexto de delinquência juvenil, mas resta saber se este acto não foi preparado.”

Nos dias seguintes, fala-se de uma ameaça de arrastão nas praias do Algarve e da capacidade da GNR em anular nova tentativa. Assim, “o susto dos assaltos em grupo chega à Quarteira” (O PÚBLICO, 12 de Junho de 2005). Segundo este jornal, “ (...) um grupo de cinquenta jovens, após uma rave numa discoteca de Vilamoura, invadiu a praia, lançando o pânico entre banhistas e comerciantes locais”. O DN (12 de Julho de 2005) registava precisamente a mesma história: “Tudo aconteceu pelas 11 horas, quando cerca de 50 jovens, na sua maioria rapazes, entre os 23 e os 25 anos – muitos dos quais residentes no Bairro da Cova da Moura – após terem passado a noite numa *rave party*, perto de Vilamoura, provocaram descatos daquela praia no Concelho de Loulé”. O CM titula “Arrastão: GNR Trava Onda em Quarteira” (Praia da Zona Turística do Algarve) e dedica uma página a esta matéria.

Nos dias seguintes registam-se vários tipos de enunciados relativos a esta matéria: entrevistas com responsáveis que apresentam planos para aumentar o policiamento e com dirigentes da oposição que fazem chamadas de atenção ao Governo (O PÚBLICO, 12 de Junho de 2005 DN, 12 de Junho de 2005), notícias sobre o prejuízo do arrastão para a indústria turística. (CM 12 de Junho de 2003) O *dossier* elaborado por este jornal chama-se Terror na Praia.

A estratégia de verificação seguida pelos *media* incluiu vários níveis de intervenção: a) Recurso a um acontecimento semelhante que servisse de modelo para o acontecimento agora verificado; b) A apresentação de dados

que possuem uma conotação objectiva óbvia: números; c) A apresentação de fontes credíveis: a PSP; d) O recurso a testemunhas; e) o recurso a especialistas que comentam os factos; f) A apresentação de provas: fotografias e um filme.

3 A controvérsia: a rede de facticidade abre buracos

A polémica sobre a existência do arrastão eclodiu pouco tempo depois dos acontecimentos: No dia 17 de Junho, o Comando Metropolitano da PSP de Lisboa prestou esclarecimentos dos quais se reproduzem as seguintes citações, a partir do despacho da LUSA e de notícia do PÚBLICO: a. “ (...) De um grande grupo de 400 ou 500 pessoas só 30 ou 40 praticaram ilícitos”, b. “Muitos jovens que apareceram em imagens televisivas e fotográficas a correr na praia de Carcavelos, naquele dia, não eram assaltantes, mas tão só jovens que fugiam com os seus próprios haveres”c. “(...)os assaltos também terão sido decididos na altura na praia e não fruto de uma organização mais elaborada que levasse centenas de pessoas a Carcavelos com intuítos criminosos”.

No dia 21 de Junho, o Alto Comissariado para a Emigração e as Minorias Étnicas lamenta “o enorme impacto negativo dos erros jornalísticos cometidos na cobertura dos acontecimentos”

Em 22 de Junho, Nuno Severiano Teixeira, ex-Ministro da Administração Interna lamentava que a cobertura mediática evidenciasse a ignorância sobre a configuração da delinquência juvenil e em especial, sobre suas causas (DN, 22 de Junho de 2005). No dia 24 de Junho, o DN publica uma carta

de Heliana Bibas e Luís Leiria, respectivamente Presidente e Vice-Presidente da Casa do Brasil, que se insurgiam contra a hipérbole que transformava o “arrastão” numa prática frequente no Brasil, contra a qual o Presidente Lula chegara a criar uma força de mil homens para intervir em qualquer ponto do País. Os subscritores consideravam que este tipo de cobertura evidenciava um preconceito contra o Brasil, aliada à ignorância.

No dia 30 de Junho, o Observatório da Emigração exhibe o filme “Era uma vez... Um Arrastão” de Diana Andringa, jornalista, e ex-Presidente do Sindicato dos Jornalistas. O filme procede a várias entrevistas que já traduzem dúvidas significativas sobre a existência do Arrastão, e refere a documentação já existente que questionava o relato mediático da história. No dia 7 de Julho, Diana Andringa, entrevista o Comandante Metropolitano de Lisboa da PSP, o qual diz que. “não houve arrastão no sentido de um grupo organizado que fez um arrastão ao longo da praia” Oliveira Pereira disse mesmo: “isso já eu sabia cerca de uma hora depois eu. Porém, quando quis transmitir para esclarecer melhor o comunicado e nunca o consegui.” Quanto ao filme e fotografias diziam, sobretudo, respeito a pessoas a fugir defendendo os seus haveres. A entrevista percorre a Internet, primeiro e acabou por ser divulgada no semanário o EXPRESSO, a principal publicação do País, propriedade do Grupo Impresa de Pinto Balsemão no dia 9 de Julho (DN, 12 de Julho de 2005). O Expresso realizou no dia 9 a sua manchete principal com o título “Polícia “Desdiz Arrastão”. Em 12 de Julho, Miguel Gaspar publicava no DN o texto “O Estranho Caso do Arrastão que morreu na praia...”. Alcides Vieira, Director de Informação da SIC afirma

que a estação desmontou os acontecimentos na segunda-feira seguinte e interrogou-se acerca de como era possível 500 pessoas chegarem à praia sem darem por isso. Admitia que era mesmo um erro ter utilizado a expressão Arrastão nos oráculos dos Telejornais.

No dia 19 de Julho, a PSP nega, finalmente, de forma oficial, a existência de qualquer arrastão na Praia de Carcavelos, num relatório apresentado publicamente à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias. No documento assegura-se “ que as primeiras informações fornecidas que davam conta de um enorme arrastão a ocorrer na praia de Carcavelos não se confirmaram”.

4 A construção social da realidade

O caso do “arrastão” permite exemplificar, de modo flagrante, a problemática da construção social da realidade. Na perspectiva fenomenológica da construção social da realidade, analisa-se um recurso às tipificações da experiência que são socialmente objectivadas, na medida em que se tornam componente de um *a priori* social. É aqui que os *media* se tornam especialmente importantes na distribuição do conhecimento socialmente disponível. A construção de tipificações é uma espécie de cristalização da experiência que permite conferir estabilidade à vida social. O estilo cognitivo do mundo na vida quotidiana é a atitude natural a qual evoca um interesse pelo mundo de natureza pragmática e utilitária. (Schutz, 1976: 72). A atitude natural trabalha com a “certeza” dos

agentes, operando pragmaticamente na relação com o mundo social.

Tal atitude supõe uma premissa de confiança na permanência das estruturas do mundo. Confia-se em que o mundo tal como tem sido conhecido permanecerá e que, o acervo de conhecimentos obtidos formado pela experiência continuará a preservar a sua validade fundamental (Schutz e Luckmann, 1973:7) A familiaridade do mundo implica um padrão organizado de rotina (Schutz, 1976: 108) apreendido a partir do conhecimento de “receitas” e comportamentos típicos (Schutz, 1975 b: 94-95). A tipificação é um modo de classificação em que são tidas em conta certas características básicas para a solução das tarefas práticas que se apresentam aos actores. Em face de cada nova situação, o actor agirá do mesmo modo partindo do princípio de que as coisas se apresentarão idênticas àquelas que se apresentaram da última vez. Quando pensado em relação ao jornalismo, o recurso a esquemas cognitivos marcados por esta busca de familiaridade e tipicidade conduz a uma visão convencional associada ao senso comum. Uma tipificação refere-se a determinadas características relevantes para a solução de problemas práticos encontrados na actividade quotidiana (Tuchman, 1978:50). É a existência da tipificação que nos permite transcender momentos particulares da acção para se atingir o significado que cada tipificação das acções possui para o conjunto dos actores sociais (Saperas, 1993: 148), auxiliando o jornalista na construção de uma narrativa estandardizada e padronizada pensada de modo a superar os constrangimentos espaciais e temporais e conquistar o agrado por parte das audiências. Deste modo, os próprios “furos” jornalísticos, susceptíveis de alterarem as ro-

tinias diárias, pressupõem a capacidade de recorrer a precedentes que permitem reconhecer a ocorrência, enquadrá-la, no sentido em que se procede a uma comparação mental – quase inconsciente – com as situações idênticas ou similares, previamente verificadas.

O jornalista recorre a dispositivos retóricos, estereótipos que se expressam em determinadas convenções narrativas (susceptíveis de serem estudadas ao nível do discurso) e organizacionais (práticas diárias) que se expressam, se tornam visíveis nos valores notícias e na noticiabilidade. Carecendo da surpresa e da novidade, o jornalismo pretende pôr, também, ordem no mundo e superar a contingência. O valor-notícia da consonância recorrentemente citado por alguns sociólogos da Comunicação como um bom motivo explicativo do que terá ocorrido em Carcavelos pode justamente ser referida a esta necessidade de recorrer a tipificações entendidas como formas de enquadrar o mundo, conferindo-lhe ordem e estabilidade. Obviamente, estas tipificações tendem a reflectir uma concepção relativamente natural do mundo que é sedimentada nos valores do grupo dominante. No caso do “Arrastão de Carcavelos”, a explicação também reside num dia sem notícias, no início de um feriado prologado com poucos jornalistas na redacção. Nestas circunstâncias, o jornalismo fica mais dependente de rotinas e de fontes oficiais, recorrendo a estereótipos que se reconhece como sendo mais facilmente consumíveis pelas audiências. Porém, esta resposta não desculpa e só por si não explica porquê e como certas tipificações se formam e não outras. Como afirma Miguel Vale de Almeida, o “Arrastão surgiu porque o país estava preparado para ele” (cf. Entrevista em *Era uma Vez . . . Um Arrastão*).

O posicionamento adoptado pelos jornalistas não significa um compromisso. Porém, pode traduzir-se num empenhamento involuntário que reflecte o que se considera como óbvio e consensual, susceptível de ser estabelecido como um facto e perante o qual se não fez intervir o papel crítico da investigação.

Ao longo da detecção das estratégias enunciativas considerou-se o caso da citação, em relação à qual é possível pensar em duas situações limite: a ausência de encaideamento entre os dois discursos, existindo apenas uma relação entre discursos autónomos num plano exterior ao enunciado ou a intertextualidade pura que consiste na fusão de dois discursos numa estrutura homogénea (cf. Rebelo, 2000: 67). Tendo estes dois modelos por horizonte, é fácil verificar que as entrevistas (caso em que o jornal enuncia o dito e quem o disse, o que permite a identificação da intencionalidade subjacente ao acto de dizer), são guardadas para os especialistas e as testemunhas que classificam claramente o acontecimento como arrastão, cobrindo com a sua autoridade de peritos, a definição do evento. Já nas descrições do que ocorreu, há uma intertextualidade em que ecoam vozes de testemunhas nem sempre identificados pelos jornais. Finalmente, há um claro défice de diversidade: todas as entrevistas dizem respeito a criminalistas, advogados, polícia, especialistas em segurança, autarcas, preocupados com o turismo, e comerciantes, preocupados com o negócio. Não há, por exemplo, entrevistas com membros das Associações dos bairros problemáticos de onde provinham os jovens que participam no assalto.

Outra estratégia enunciativa detectada é a pressuposição. Segundo Strawson (citado

por Rebelo, 2000: 91), uma proposição A pressupõe uma proposição B, se a verdade de B for uma condição da falsidade ou da verdade de A. Uma entrevista publicada no CM de 4 de Julho ao Comandante da Brigada nº 4 da Guarda Nacional Republicana a que caberia a intervenção no policiamento das praias tem um título a toda a largura da página: “PREPARADOS PARA ARRASTÕES”. Na verdade o Comandante dissera “eventuais arrastões” e falou em resposta a uma pergunta feita pelo jornalista que já continha o pressuposto: “Como é que a Brigada nº 4 da GNR preparou a época balnear face aos “arrastões”? É como se toda a preparação da época devesse contar com este dado apriorístico: a existência desta forma de criminalidade em Portugal. Esta consideração do “arrastão” torna-se uma pedra de toque que, uma vez movida do lugar, faria ruir toda a cobertura mediática: “Uma semana depois, as marcas deixadas pelo trauma do arrastão ainda são bem visíveis na praia de Carcavelos, nos arredores de Lisboa.” (CM, 10 de Junho de 2005). De certa forma, o artigo definido parece uma cerca que define os limites daquilo que era pressuposto. Esta pressuposição torna-se a trave de um raciocínio invertido: “como houve um arrastão deverá ter havido muitos roubos. Se houve poucas queixas na polícia, foi porque as vítimas tinham medo de apresentar essa queixa. Não porque não tenha havido roubos. Daí ser necessário fazer um apelo às vítimas para que apresentem queixa à polícia, nunca admitindo que era o pressuposto que estava errado. “Participações são em número reduzido”, logo “PSP PEDE AJUDA ÀS VÍTIMAS”.

A pressuposição implica a relação com o ponto anterior sobre a citação e a intertextualidade: há uma imposição do vocabulário

do jornal. São situações em que a assimilação do discurso da fonte faz com que a relação estabelecida entre o enunciado primário e o enunciado portador se aproxime da fronteira que separa a citação da intertextualidade. Para além de “o arrastão”, comum a todos os jornais, há títulos exemplares: “Terror na Praia”, “Marginais são de fora de Cascais” (CM, 11 de Junho de 2002). Há outras situações: o título “PSP investiga organização” resulta apenas de uma citação policial manifesta surpresa pelo número de jovens envolvidos. Lembramo-nos, assim, que na actividade quotidiana de produção noticiosa, a potencial abertura dos significados é objecto de um processo de uniformização do significado em detrimento da pluralidade significativa verificando-se, por vezes, a imposição de um processo de “leitura preferencial”. (Hartley, 1990: 63).

Finalmente, este processo de leitura preferencial denota-se em estratégias de autenticação que conferem certa evidência à reprodução da realidade. Desde logo, destaquem-se a redundância e as histórias paralelas. A redundância ou seja, os processos pelos quais se procede à fixação e repetição do sentido desenvolve-se no *lead*, nas gravuras e respectivas legendas nos títulos e entretítulos. As histórias paralelas são, normalmente, peças jornalísticas que acompanham a peça principal e onde o evento e o protagonista são referidos de modo abundante. A fotografia é acompanhada de legenda: “A polícia estima que eram mais de 500 os assaltantes com idades compreendidas entre os 13 e os 20 anos., de uma caixa que indicia a possibilidade de premeditação e da invocação de testemunhos (DN, 11 de Junho de 2002).

Duas últimas observações dizem ainda respeito ao modo como o jornalismo inter-

vém na construção social da realidade: no caso do arrastão tornou-se flagrante o modo como os jornalistas são mais sensíveis ao acontecimento do que à interpretação de um tema. Por outro lado, denota ainda como certos eventos remetem para uma forma canónica de relato que, apesar de relativas *nuanças*, é transversal ao jornalismo popular-sensacionalista e ao jornalismo de referência. As rotinas do trabalho jornalístico “estão mais orientadas para a cobertura e tratamento do que é pontual e episódico, do que para o que se processa ao longo do tempo” (Correia, 1997:78). Deste modo, as poucas tentativas para descrever um tema com mais aprofundamento são geralmente desprovidas de sistematicidade e pouco incisivas.

Em segundo lugar, haverá que considerar a ideia de enquadramento. Gitlin (1980: 7) refere-se aos enquadramentos noticiosos como “padrões persistentes de cognição, interpretação, apresentação, selecção, ênfase e exclusão, através dos quais aqueles que trabalham os símbolos, organizam tanto o discurso verbal como discurso visual. A través do enquadramento, um tema que se cruza, na origem, com a fenomenologia da sociedade, a noção de tipificação articula-se com a de ideologia.

5 Realidades múltiplas

A teoria das realidades múltiplas ao chamar a atenção para a pluralidade de estilos cognitivos descobre a possibilidade de estudar formas de racionalidade diversas: o lugar de integração e de socialização é também espaço de poder e de exclusão. Cada mundo da vida integra os que dele fazem parte e exclui, como é óbvio os restantes. Afinal o que se entende por quotidiano é constantemente

rodeado por experiências diversas que ameaçam o que temos por adquirido. A vida cívica e o espaço público nesta análise emergem como uma província de significado finita dotada de um elevado grau de diferenciação em relação à quotidianidade. O mundo da vida é o lugar da cultura e da socialização: o espaço da pertença. A atitude cognitiva própria do mundo da vida é a atitude natural, o reconhecimento da familiaridade e da tipicidade. A atitude cívica e o espaço público implicam a abertura à diferença e são um espaço de desenraizamento e de imaginação emancipatória.

No caso do “arrastão”, os *media* oscilaram entre a visão relativamente natural do grupo hegemónico e construíram uma narrativa que, de certa forma, reflecte um entendimento da identidade portuguesa. Porém, quando questionados pela intervenção cívica e pelo debate público, os *media* tiveram que se abrir a realidades diversas. Nos dias que medeiam entre a notícia do “arrastão” e a notícia de que o “arrastão” nunca existiu, os *media* viveram numa situação de perplexidade – isto é de necessidade de reverem as suas tipificações, rotinas e visões do mundo – atitude que só foi levada até às suas últimas consequências por aqueles que admitiram hipóteses diferentes, ou seja que revelaram sensibilidade para descobrir uma explicação diversa. Alguns jornais que caíram no erro de um relato precipitado questionaram através de jornalistas seus, algumas das suas práticas e publicaram peças esclarecidas sobre esta matéria.

Em “TheStranger” (1976: 91-105), o fenomenólogo Alfred Schutz faz questão de afirmar que o conhecimento do mundo do senso comum, próprio de uma comunidade bem integrada, possui uma aparência de co-

erência, clareza e consistência para os que dele participam, embora muitas vezes esteja apenas coberto por um manto de suposições e de ignorância. Ao utilizar o termo “aparência”, introduz-se o carácter convencional das certezas que integram o mundo da vida. Simultaneamente, introduz-se a figura do “estranho” como alguém que é débil na assimilação destas certezas. O caso do “Arrastão” mostrou a dificuldade em lidar com a estranheza que hoje habita a Metrópole portuguesa. Os debates que se verificaram e as representações sociais que transpareceram nos discursos mediáticos traçaram uma divisão na sociedade portuguesa entre aqueles que, preparados ou não, admitem a estranheza que hoje faz parte da identidade portuguesa como algo que faz dela parte, que é incontornável; e os que, definitivamente, apresentam maiores dificuldades em absorver esta ideia.

6 O jornalismo e as realidades múltiplas: conclusão

No plano dos *media* há um espaço considerável para reflectir sobre as realidades múltiplas. É fácil olhar a informação generalista como associada ao mundo da atitude natural. O jornalismo elege como objectivo principal a capacidade de se relacionar com a percepção mais óbvia e evidente do que é olhado como importante. Dar a notícia, pelo menos na imprensa generalista, consiste em escolher temas da realidade actual que sejam atraentes para a comunidade, escolhendo uma forma que possa ser compreendida pelo maior número possível de receptores, em sintonia com valores pré-existentes.

A relação entre as instituições noticiosas

e a sociedade revela uma certa ligação ao senso comum que ajuda a orientar os agentes sociais na sua relação com o mundo. O profissionalismo jornalístico – destinado a produzir um tipo de relato assente em pressupostos aceitáveis por todos – implica que os *media* tendam a sobreviver operando dentro das fronteiras do que é admitido socialmente, reproduzindo significados objectivamente partilhados. Mesmo num universo caracterizado pelo pluralismo e pela contingência, as identidades são objecto de um retrato por parte dos *media* que reflecte alguns estereótipos. As notícias relacionadas com as problemáticas étnicas continuam, por vezes, a ser reportadas jornalisticamente com o recurso a um certo fascínio paternalista. No caso de alguns tablóides, podem mesmo reflectir um populismo agressivo contra as diferenças. No caso português, as representações mediáticas das identidades conhecem percursos muito diferenciados. No caso mais visível das etnias, oscilam entre as notícias sobre *gangs* e arrastões, quebra de segurança, delinquência de grupo e histórias de racismo. A luta pelas audiências continua facilmente compatível com um registo estilístico que, com frequência, corre o risco da estigmatização populista. Os episódios relacionados com a cobertura da prostituição em certas zonas do interior do País (marcada por certo fascínio pelo choque de dois estereótipos identitários: o Portugal rural e profundo – as mães - versus a imagem sensual e atrevida das “outras”), algumas abordagens do “arrastão” ou as reportagens que trabalharam a presença de ciganos em bairros da periferia de Lisboa demonstraram algum apego fácil pela demagogia populista.

Porém, um segundo olhar, mais atento, mostra como o *medium* de massa se pode tor-

nar um espaço do estabelecimento de pontes com outras realidades diversas da vida quotidiana. Apesar das preocupações por parte de jornalista, editores e proprietários em fazerem um produto isento de complexidades, que confirme as tipificações socialmente aceites no mundo da vida quotidiano, o jornalismo, encontra-se numa posição ambígua que reflecte as profundas contradições no seio do campo: imperativos concorrenciais cada vez mais agressivos, desejo de responder às audiências, fragmentação do mercado, imperativos deontológicos, cultura profissional, rotinas e disputas simbólicas entre fontes dotadas de acesso desigual entram numa tensão entre si. As empresas jornalísticas são lugares de produção de estratégias diferenciadas que visam reformular o processo social. Em vez de percursos lineares, unívocos e incontestáveis, originam caminhos estreitos onde flúem possibilidades erráticas, mal definidas, “estranhos” inclassificáveis que emergem no contexto de fragmentação da sociedade.

Talvez a força do jornalismo nas sociedades marcadas pela contingência diga respeito à sua capacidade de criar um espaço de diálogo comum que permita a transição entre o mundo quotidiano e outras províncias de significado que exigem um grau de perícia, de capacidade crítica ou esforço imaginativo que ultrapassam o pragmatismo do senso comum. Entre estas províncias de significado contam-se certamente as identidades.

7 Bibliografia

- Husserl, Edmond, (1967), *La crise des sciences européennes et la phénoménologie transcendantale*, Paris, Gallimard.
- Meditsch, Eduardo (2002), “O Jornalismo é uma forma de conhecimento?” in *Media & Jornalismo*, Revista do Centro de Investigação Media e Jornalismo nº 1.
- Saperas, Enric (1993), *Efeitos cognitivos da comunicação de massa*, Lisboa, ASA.
- Ricoeur, Paul (1991), *Ideologia e Utopia*, Lisboa, Edições 70.
- Schutz, Alfred e Luckmann, Thomas (1973), *The structures of the life-world*, Volume 1, Evanston, IL, Northwestern University Press.
- Schutz, Alfred & Luckmann, Thomas (1989), *The structures of the life-world*, Volume 2, Evanston, IL: Northwestern University Press.
- Schutz, Alfred (1967) *The phenomenology of the social world*. Evanston, IL: Northwestern University Press, 1967.
- Schutz, A (1975 a) *Collected Papers*, I, The Hague: Martinus Nijhoff .
- Schutz, A, (1976) *Collected Papers*, II, The Hague, Martinus Nijhoff.
- Schutz, Alfred (1975 b) *Collected Papers*, III, The Hague, Martinus Nijhoff, 1975.
- Schutz, Alfred (1996), *Collected Papers*, IV, Dordrecht, Boston and London, Kluwer Academic Publishers.